

Dossiê

“Não é por nada não”: *frames* e administração da imputação de motivo no X/Twitter

Raphael Alves de Oliveira¹ 

Natal Almeida Simões Neto^{2,3,*} 

Diego Spader de Souza⁴ 

Bethânia Mariani

Editora-chefe dos
Estudos de Linguística

Augusto Soares da Silva

Jussara Abraçado

Editores convidados

Disponibilidade de dados e material:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Financiamento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este artigo descreve o funcionamento da sequência “não é por nada não” (NPN) no português brasileiro no X/Twitter, tratando-a como fórmula prefacial que antecipa a disputa pela explicação motivacional do gesto e incide sobre a interpretabilidade pública do segmento subsequente (Segmento₂). O objetivo é determinar por quais regularidades do encaixe a NPN promove o MOTIVO-IMPUTÁVEL à condição de objeto avaliável, recusa preventivamente um preenchimento motivacional previsível e, ainda assim, preserva a continuidade de um ato sancionável em Segmento₂. Para isso, articula-se a noção de metapragmática como regimentação do interpretável e de descrição tipificada do que foi feito ao dizer (Silverstein, 1993, 2003) às condições de publicabilidade e recontextualização do tecnodiscurso (Boyd, 2010; Paveau, 2017) e à Semântica de Frames em texto e discurso (Fillmore, 1982, 1987; Ziem, 2014), operacionalizada por referência/predicação, slots, fillers e defaults. O corpus reúne 100 ocorrências, coletadas manualmente entre novembro de 2025 e janeiro de 2026, com postagens publicadas entre 2021 e 2025, descritas por segmentação $S_1 + \text{NPN} + S_2$ e por matriz de anotação frame-discursiva. Os resultados indicam preferência pela inserção inicial (94%) e pela articulação adversativa com *mas/mais* (98%), configurando um procedimento recorrente em que RECUSA de um motivo tipificado e CONTINUIDADE do gesto coexistem, enquanto defaults motivacionais de alta acessibilidade são rebaixados como explicação suficiente. Com base nisso, propõe-se um superframe de IMPUTAÇÃO DE MOTIVO e descrevem-se subcenas em que a disponibilidade de defaults varia conforme alvo, tipo de ato e custo sancionável, incluindo limites internos do procedimento em confronto.

Palavras-chave: “Não é por nada não”. Metapragmática. Semântica de Frames.

* Beneficiário JOVEMPESQ

Recebido em: 12/02/2026

Aceito em: 24/03/2026

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: ra.alvesdeoliveira@gmail.com

²Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brasil.

³Universidade Estadual de Feira de Santana, BA, Brasil

E-mail: natalalneto@gmail.com

⁴Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

E-mail: diegospader@unisc.br

Como citar:

OLIVEIRA, Raphael Alves de; SIMÕES NETO, Natal Almeida; SOUZA, Diego Spader de. “Não é por nada não”: *frames* e administração da imputação de motivo no X/Twitter. *Gragoatá*, Niterói, v. 31, n. 70, e70739, maio-ago. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v31i70.70739.pt>

Considerações iniciais

Há enunciados que já começam se defendendo, não porque recuem do que vão dizer, mas porque sabem que o dizer vem com custo. O esquema “*não é por nada não*” (NPN) se encaixa nesse ponto, pois costuma aparecer antes do ponto em que o gesto discursivo se fixa como elogio, implicância, desabafo ou tomada de posição e, ao fazer isso, torna imediatamente pertinente um problema recorrente, o de a audiência (público leitor) tratar o motivo como chave explicativa do ato. No X/ *Twitter*, onde a leitura se faz sob forte economia de contexto, essa entrada funciona como enquadre, porque desloca o peso do entendimento para dentro do próprio *post*, isto é, para o “*porquê*” do dizer tanto quanto para o que é dito. É por isso que o esquema se acopla a gestos muito distintos, de autoexposição a juízo crítico, de comentário cotidiano a enunciados sobre trabalho e dinheiro, sem perder o traço comum de pôr em primeiro plano a dimensão motivacional do ato, como em (1)-(5).

(1) “Gente *não é por nada não* mas eu comecei a anotar gasto tintim por tintim e descobri que eu não tenho planejamento financeiro nenhum” (tuíte 1 – 03. 01.21).

(2) “Aí *não é por nada não* mas eu tenho dificuldade real de levar a sério adulto que transforma BBB em religião” (tuíte 2 – 28. 02.22).

(3) “Pessoas, *não é por nada não* mas pra ser pesquisador no Brasil você tem que ter uma rede de apoio forte, porque a bolsa do mestrado não fecha a conta do mês” (tuíte 3 – 28. 02.22).

(4) “menines *não é por nada não* mais estudem fazer faxina nos EUA é pesado d+” (tuíte 4 – 11. 11.24).

(5) “*não é por nada não*, mas quando algum carioca manda essa, tu já sabe que virá uma paulada na cabeça” (tuíte 5 – 06. 07.21).

Em (1), a NPN antecede uma confissão e torna imediatamente pertinente a leitura do relato por uma chave motivacional (*dramatização, autocontrole exibido, pedido de indulgência*) sem que isso produza recuo: o gesto prossegue e se mantém. Em (2), a sequência se acopla a uma avaliação depreciativa e convive com o fecho sentencioso do turno (isto é, do próprio *post*); não neutraliza o juízo, mas disputa o motivo pelo qual ele é dito. Em (3), o comentário sobre as condições materiais da pesquisa se apresenta como denúncia e, ao mesmo tempo, se oferece a racionalizações prontas (ressentimento, agenda), exatamente o tipo de imputação que a fórmula tenta conter antes que se estabilize como explicação suficiente do gesto. Em (4), em registro de conselho e advertência, o alvo muda e muda também o risco: não é tanto “*exibição*”, mas a imputação de superioridade, lição de moral ou pedantismo. Em (5), por fim, a expressão é tematizada como índice reconhecível de escalada, o que mostra que seu funcionamento não se esgota no encaixe local:

há expectativas socialmente estabilizadas sobre o que costuma vir depois de um começo assim.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo descrever o funcionamento de NPN no português brasileiro contemporâneo em circulação no *X/Twitter*, tomando a sequência como forma de abertura que antecipa a disputa pela explicação motivacional do gesto e incide sobre a interpretabilidade pública do que vem a seguir. A pergunta que orienta o artigo é: como "*não é por nada não*" opera, no encaixe, como dispositivo de gestão da imputação de motivo? Mais especificamente, por quais regularidades do próprio enunciado a leitura do trecho subsequente, aqui denominado Segmento (material imediatamente vinculado à fórmula e ancorado por suas primeiras predicções= S_2), se estabiliza sem que o motivo imputado feche o entendimento como explicação suficiente do ato? A hipótese é que, de modo recorrente, o esquema NPN torna o MOTIVO-IMPUTÁVEL saliente como objeto de leitura e favorece uma configuração mínima em que a recusa de um motivo tipificado e a continuidade do ato coexistem, frequentemente amarradas na superfície por *mas/mais*, preservando a avaliabilidade e o custo do gesto em Segmento₂.

Nesse recorte, a metapragmática é tomada como chave para descrever como certos sinais regimentam o modo de tomar o enunciado, fazendo-o valer como ação social e, portanto, como conduta avaliável (Silverstein, 1993; 2003). O foco recai sobre condições públicas de interpretação: em vez de reconstruir intenções, interessa acompanhar como uma descrição do gesto se torna sustentável e sancionável na interação. Nesse quadro, imputação designa a estabilização pública de um nexos entre gesto e responsável, frequentemente mediada por racionalizações tipificadas e citáveis; por isso, a análise observa quais pistas favorecem fechamentos e retraem alternativas rivais. Em circulação digital, esse processo ganha relevo sob publicabilidade¹ e destacabilidade, pois o turno pode ser recortado, reinscrito e relido diante de audiências heterogêneas, e o motivo imputado passa a operar como objeto disputável nesses reencaixes (Boyd, 2010; Paveau, 2017). É nesse ponto que a Semântica de *Frames* (SF), modelo originalmente desenvolvido por Charles J. Fillmore (1982; 1987), entra como rotina de descrição do entendimento licenciado no encaixe (Ziem, 2014): ao tratar *frames* como conhecimento estruturado mobilizado publicamente, a análise reconstrói o que o texto torna referenciável, o que predica e qual proposição mínima se estabiliza, mantendo *slots*, *fillers* e *defaults* como inferências reconduzíveis ao material e sustentadas por recorrência no *corpus*, sem psicologização.

O *corpus* reúne 100 ocorrências da sequência NPN, coletadas manualmente no *X/Twitter* entre novembro de 2025 e janeiro de 2026, a partir de postagens publicadas no intervalo de 01/01/2021 a 31/12/2025. A opção pela coleta manual responde a duas exigências do próprio objeto, controlar com rigor a aderência formal à fórmula e assegurar

¹Publicabilidade" designa a possibilidade de um post permanecer acessível, circular e ser recuperado por busca, o que facilita recortes e reenquadramentos e desloca a imputação para além da cena em que o enunciado foi produzido.

contexto verbal suficiente para segmentar o encaixe e descrever o gesto subsequente sem recorrer a materiais externos ao enunciado. Por isso, privilegiou-se a forma exata da expressão, admitindo-se apenas variações gráficas discretas, e registrou-se a alternância “*mas/mais*” quando exerce função adversativa. Para manter comparabilidade entre postagens de extensão variável, cada ocorrência foi tratada como um encaixe tripartido $S_1 + \text{NPN} + S_2$, em que S_1 reúne, quando presente, o material anterior à fórmula, e S_2 é delimitado pela primeira predicação capaz de ancorar a força do gesto após a NPN, ou, nos casos com adversativo, pela primeira predicação que sucede *mas/mais*. Na montagem da amostra, foram excluídas repetições textuais e casos com indícios convergentes de automatização, e, na apresentação dos dados, suprimiram-se identificadores de autoria.

O artigo se organiza em quatro seções, além desta introdução. Nas duas primeiras, *Metapragmática da imputação sob publicabilidade* e *Frames: do programa fillmorianiano à operacionalização discursiva*, delimitam-se os pressupostos. Em *Procedimentos metodológicos*, descrevem-se o *corpus* e os critérios analíticos; em *Proposta de análise*, apresentam-se os resultados; e, em *Considerações finais*, sintetizam-se as implicações, seguidas das *Referências*.

Metapragmática da imputação sob publicabilidade

Tomada como ordem de regimentação, a metapragmática permite descrever como certos sinais não apenas acompanham o dizer, mas organizam o campo de inferências pelo qual um enunciado se torna legível como ação social e, portanto, como conduta avaliável. Em Silverstein (1993), ela é tratada como função do discurso que regimenta a indexicalidade e sustenta a coerência interpretativa, ao indicar, no próprio encadeamento, como o que foi dito deve ser tomado. Por isso, a análise desloca o foco do conteúdo para as condições públicas de leitura, pois, à luz de Verschueren (2002), interessa menos reconstruir intenções e mais acompanhar os meios pelos quais uma interpretação se torna disponível e passível de sanção. Nessa orientação, também o que não se escolhe dizer entra no cálculo, porque alternativas plausíveis não selecionadas permanecem como horizonte interpretativo e ajudam a calibrar o que a audiência toma por leitura sustentável. Essa regulação pode ser descrita, em termos operacionais, como gestão de inferências publicamente defensáveis, isto é, como controle de quais expectativas ganham prioridade e de quais alternativas perdem plausibilidade no andamento do turno.

Nessa chave, a imputação não é um acesso privilegiado à interioridade, mas a estabilização pública de um nexos entre gesto e responsável, por critérios disputáveis; por isso, Silverstein (2003) trata as descrições tipificadas do que foi feito ao falar como “*contas*” etnometapragmáticas, reutilizáveis como molduras de avaliação e

atribuição de responsabilidade. Daí a importância do não dito no cálculo inferencial, uma vez que essas alternativas seguem operando como parâmetro para o que a audiência considera uma leitura defensável. Em ambiente digital nativo, isto é, quando o enunciado nasce e circula na própria plataforma, a estabilização desse nexos se acopla a condições de destacabilidade e reinscrição, de modo que o que conta como evidência para atribuir motivo pode ser reconfigurado a cada reexibição. É nesse ponto que Paveau (2017) descreve o tecnodiscurso como produção em ecossistema conectado, em que o enunciado é simultaneamente material linguístico e artefato técnico, persistente e recontextualizável. Nessas condições, o motivo imputado deixa de operar apenas como inferência do encaixe e passa a ser disputado na circulação, já que, a cada recorte, se reordena o que vale como evidência para atribuir responsabilidade. Nessa direção, a NPN pode ser descrita como prefácio que tenta administrar o motivo em formação, abrindo a disputa antes que um fechamento se imponha como leitura suficiente.

Como essa estabilização depende também de como o discurso se recorta em unidades de ação interpretáveis, a segmentação entra no centro do problema. Em Silverstein (2003), a função metapragmática sustenta coerência e *chunking* em tempo real, justamente onde a imputação tende a fechar a leitura. Quando NPN antecede a continuação do turno, ela intervém na janela em que o ato se consolida e tenta reorganizar o percurso inferencial que levaria à imputação de motivo. A noção de fechamento interpretativo² nomeia esse ponto em que uma conclusão se firma e rebaixa alternativas, e é nessa zona de estabilização que o *corpus* deixa ver o rendimento do prefácio. O fechamento, nesse sentido, não é um estado interno, mas um efeito de acessibilidade, porque uma leitura passa a parecer suficiente quando o encaixe a torna mais econômica e mais facilmente sustentada na interação. Assim, em avaliações positivas, NPN antecipa a necessidade de legitimação, evitando que o comentário se estabilize como exibição gratuita; em avaliações negativas, o mesmo movimento incide sobre a leitura do gesto como ataque ou malícia. Em ambos os casos, o segmento pós-marcador é avaliativo, e o esquema disputa o motivo que tenderia a se impor como explicação suficiente. Vê-se isso em "*não é por nada não mas eu tô belíssima hoje*" (tuíte 6 – 19.03.25), em que a autoimagem torna altamente acessível um motivo do tipo vaidade ou busca de validação. Também em "*Aí não é por nada não mas eu tenho dificuldade real de levar a sério adulto que transforma BBB em religião*" (tuíte 7 – 04.03.22), em que a avaliação depreciativa favorece leituras de implicância ou malícia. E ainda em "*não é por nada não, mas o SBT deveria rever essa grade de sábado. tá parecendo reprise de reprise*" (tuíte 8 – 04.12.23), em que uma crítica a uma escolha editorial reconhecível pode ser rapidamente racionalizada como ranço, e a NPN tenta impedir que esse motivo absorva toda a leitura do gesto.

²Fechamento interpretativo" nomeia, neste artigo, o ponto em que uma leitura se estabiliza como conclusão suficientemente firmada no encaixe, reduzindo a competição entre alternativas, sem pressupor acesso a intenções internas do falante.

Sob condições de destacabilidade, esse trabalho não se esgota na cena local. A publicabilidade designa a condição material pela qual o que é dito se torna persistente, replicável e buscável, de modo que o turno pode ser destacado e reinscrito em novas cadeias de leitura, sustentando reenquadramentos e imputações por participantes que não estavam na situação de produção. Nessas reexibições, o deslocamento de enquadre reorganiza o que conta como evidência e tende a favorecer fechamentos por *default*, já que participantes sem o contexto de produção dependem ainda mais de pistas textuais para sustentar uma leitura como publicamente defensável. Por isso, a divergência entre audiência projetada e audiência efetiva ganha relevo, porque, como mostra Boyd (2010), audiências imaginadas podem colapsar em audiências heterogêneas. Nessa condição, a imputação depende menos de parâmetros situacionais partilhados e mais de pistas textuais e metapragmáticas capazes de sustentar leituras publicamente defensáveis. Isso ajuda a explicar por que enunciados como “*não é por nada não, mas quando algum carioca manda essa, tu já sabe que virá uma paulada na cabeça*” (tuíte 9 – 25. 05.24) tematizam a própria expectativa de escalada, sinalizando que certos fechamentos já circulam como leitura pronta para audiências ampliadas.

Como a publicabilidade é ancorada em propriedades sociotécnicas do dizer em rede, torna-se relevante considerar a integração entre texto e técnica, isto é, o fato de que o enunciado já nasce orientado à circulação e ao reencaixe. Além disso, Dias (2022) permite situar a plataformização como condição que incide sobre visibilidade e repetição, favorecendo certas leituras e encurtando a disputa interpretativa. Nesse regime, NPN pode funcionar como tentativa de limitar previamente o espaço de imputação do motivo no turno.

Com isso, para que a metapragmática não permaneça apenas na caracterização do dispositivo, a seção seguinte desloca o foco para a reconstrução do entendimento que o encaixe sustenta, mobilizando a SF no horizonte de Ziem (2014). Em vez de perguntar que cenário a expressão “designa”, trata-se de acompanhar como o turno torna algo tratável como referência e como o cotexto faz convergir predicações até estabilizar uma proposição mínima, mantendo *slots*, *fillers* e *defaults* como componentes reconduzíveis ao material, e não como atalhos para estados internos (Fillmore, 1982, 1987; Ziem, 2014). Nessa chave, a hipótese de trabalho é que NPN promove o MOTIVO-IMPUTÁVEL à condição de objeto interpretável de primeira ordem e licencia uma leitura mínima na qual RECUSA de um preenchimento motivacional e CONTINUIDADE do ato coexistem, com apoio recorrente da articulação adversativa com *mas/mais*. A análise, por fim, acompanha como essa unidade de entendimento se deixa observar nas diferentes configurações do encaixe, separando o que é sustentado na superfície do que só pode entrar como inferência tipificada sob recorrência e distribuição no *corpus*.

Frames: do programa fillmoriano à operacionalização discursiva

A Semântica de *Frames* (SF) se constitui, em Fillmore, como uma semântica do entendimento. Desse ponto de partida decorre, primeiro, a crítica às abordagens de tipo *checklist* (Fillmore, 1975) e, em seguida, a formulação de *scenes-and-frames* (Fillmore, 1977), até que o programa se sistematiza de modo mais estável no texto seminal do autor publicado em 1982, *Frame Semantics*. O fio que atravessa esse percurso é o mesmo: a expressão não entrega um sentido completo por si, mas aciona uma cena estruturada e, com ela, um conjunto de expectativas que passa a orientar o entendimento. Nessa direção, a *U-semantics* (ou *semantics of understanding*) torna explícita a consequência do movimento ao tomar como objeto aquilo que precisa estar em jogo para que uma forma seja compreensível e, portanto, como escolhas lexicais e recursos gramaticais participam da legibilidade do que se diz e do que se faz ao dizer (Fillmore, 1987). Por isso, *frame* deixa de operar como rótulo temático amplo e passa a funcionar como estrutura de conhecimento que organiza o pano de fundo da interpretação e delimita quais aspectos tendem a ganhar saliência no encaixe.

É a partir dessa agenda que, nos anos 1990, a *FrameNet* surge como sua principal operacionalização empírica: ao descrever unidades lexicais evocadoras, elementos de *frame* e padrões de valência com base em *corpus* e anotação sistemática, o projeto dá previsibilidade e verificabilidade à arquitetura do léxico (Boas; Dux, 2013; Baker; Lorenzi, 2020). Com isso, obtém-se um inventário robusto para dizer quais unidades evocam quais *frames* e por quais realizações sintático-semânticas. Ainda assim, quando o foco passa do léxico para o fluxo do texto, esse nível de descrição não resolve tudo, porque o problema deixa de ser apenas a evocação e passa a ser o percurso pelo qual certas inferências se tornam preferíveis na leitura, sobretudo sob circulação e recontextualização. É justamente nesse ponto, então, que Ziem (2014) se distingue: ele preserva a base fillmoriana, mas desloca o tratamento de *frames* para o texto e o discurso, de modo que a análise possa acompanhar, no encaixe, como pistas locais modulam saliência e tornam certos defaults mais disponíveis do que outros. Desse modo, a rotina descritiva se ajusta ao tipo de dado discutido aqui, em que fórmulas prefaciais operam como pontos de orientação do entendimento no momento em que o S_2 se instala

A SF entra aqui como ferramenta de descrição do entendimento, não como um acréscimo conceitual. O interesse é explicitar como, a partir do encaixe, se torna sustentável uma leitura pública do gesto: destinatários acionam conhecimento de fundo para tornar o ato legível. Em Ziem (2014), compreender uma expressão implica ativar uma estrutura de conhecimento convencionalmente associada a ela, sem que esse excedente interpretativo precise estar explicitado no material verbal. No X/Twitter, onde o contexto é rarefeito e a recontextualização

é rotina, essa arquitetura se torna particularmente produtiva, porque o percurso interpretativo depende fortemente de sinais de enquadramento. Assim, *frames* são unidades estruturadas de conhecimento evocadas por expressões e usadas para orientar o entendimento do dito e do feito ao dizer. Na tradição fillmoriana (*U-semantics*), isso se traduz em recusar uma semântica estreita e em tratar *frames* como forma de organizar experiência e, simultaneamente, como dispositivo analítico para explicar significado lexical e gramatical.

Para que a passagem do quadro teórico à análise seja controlável, a descrição parte do par *referência/predicação*: a referência delimita o que está em jogo como objeto identificável; a predicação explicita o que se põe sobre esse objeto ao longo do texto. Em Ziem (2014), essa arquitetura é o ponto de contato com *frames*: o conteúdo referencial ancora o *frame* mobilizado; as predicações efetivamente textualizadas correspondem a *fillers*; e os *slots* explicitam o potencial de predicação (*predication potential*), isto é, que tipos de predicação podem ser ativados sob certas condições de encaixe. É nesse nível que fórmulas prefaciais se deixam descrever, pois tendem a incidir menos sobre “o mundo descrito” e mais sobre quais preenchimentos e suposições passam a ter prioridade como leitura. Com isso, *defaults* designam inferências que o destinatário projeta a partir do encaixe e de conhecimento de fundo, sem que estejam necessariamente ditas; e a análise pode separar (i) o repertório disponível (*slots* e *defaults*) de (ii) aquilo que se atualiza, de fato, no uso situado, por ativação variável e contextualmente sensível.

No *corpus*, NPN se mostra produtiva como fórmula prefacial porque atua no plano do enquadramento interpretativo, redistribuindo a prioridade entre inferências possíveis de imputação. Ao introduzir o Segmento₂, o marcador coloca o motivo imputável no centro do que pode ser publicamente cobrado e, desse modo, tenta evitar que uma racionalização já disponível se imponha como explicação principal do gesto. Por isso, o que se descreve não é uma intenção íntima, mas uma cena de concorrência entre leituras: a posição do motivo permanece aberta e, ao mesmo tempo, um preenchimento altamente acessível é rebaixado. Com isso, *U-relevance* fornece o pano de fundo teórico para tratar compreensão como construção inferencial a partir do encaixe e de conhecimento imputado, sem reduzir a análise à psicologização. Nos exemplos (6)-(7), observa-se essa aplicação.

(6) “Gente não é por nada não, mas se vocês não conseguirem tirar a Sarah com esse alvoroço, vai ser uma vergonha mundial, a era dos cactos vão pro saco de vez por todas!” (tuíte 10 – 30.03.21).

No exemplo (6), o vocativo (“Gente”) e o endereçamento direto (“vocês”) já instalam um cenário interacional de chamamento coletivo e coordenação de ação; em seguida, o *mas* introduz o S₂ como cobrança e prognóstico de sanção: “vai ser uma vergonha mundial”, “a era dos cactos

vão pro saco”. O ponto, para a análise em *frames*, é que a sequência NPN torna saliente uma zona específica de inferência: a audiência pode imputar ao falante um motivo “*menor*” (dramatização, histeria, gosto pelo alvoroço, desejo de performar indignação), sobretudo porque o próprio enunciado nomeia “*esse alvoroço*” como ambiente do dizer. NPN funciona, então, como gesto de dissociação: recusa preventivamente que o ato de cobrar (“vai ser uma vergonha mundial...”) seja lido como mero efeito do tumulto, ao mesmo tempo em que preserva o núcleo avaliativo e injuntivo. Em termos de estruturação do frame, o marcador mantém aberto o *slot* MOTIVO (ele não o preenche com um “motivo verdadeiro”), mas tenta bloquear um preenchimento altamente disponível no contexto (o “*falar por falar*” do alvoroço), reposicionando o Segmento₂ como fala de responsabilidade/reputação coletiva, isto é, como ato orientado por um valor normativo de desempenho público (“vergonha mundial”) e por um horizonte de perda (“vão pro saco”). O efeito de sentido não decorre de uma palavra isolada, mas do encaixe: NPN + adversativa + predicções de sanção produzem um percurso de entendimento em que a leitura “é só drama” perde força como explicação suficiente, enquanto a leitura “é cobrança séria” ganha prioridade.

(7) “*Não é por nada não, mas a título de comparação: pegar 90kg na panturrilha em pé é muito mais fácil do que agachar com 90kg*” (tuíte 11 – 16.05.23).

Em (7), o arranjo é ainda mais revelador do papel de NPN na administração de defaults: o falante antecipa uma comparação técnica (“*a título de comparação*”) e, com isso, ativa expectativas de expertise, correção e hierarquização de exercícios. Em ambientes digitais, esse tipo de gesto costuma vir acompanhado de imputações recorrentes (“*quer pagar de sabido*”, “*quer desmerecer*”, “*quer lacrar/caçar briga*”, “*quer se mostrar*”), sobretudo quando a comparação contraria intuições leigas. NPN entra, aqui, como tentativa de impedir que o ato seja estabilizado como pedantismo ou provocação, sem abdicar do conteúdo contrastivo (“é muito mais fácil do que...”). O S₂ preenche *slots* de um *frame* de COMPARAÇÃO/ AVALIAÇÃO DE DIFICULDADE (atividade A: “*pegar 90kg na panturrilha em pé*”; atividade B: “*agachar com 90kg*”; parâmetro: *facilidade/dificuldade*; valor comparativo: “*muito mais fácil*”). Ao mesmo tempo, NPN atua sobre um *frame* metapragmático de IMPUTAÇÃO DE MOTIVO, pois sinaliza que existe um caminho interpretativo provável (*atribuir ao falante um motivo socialmente avaliável*) e tenta desautorizá-lo como *default*, convidando a audiência a tratar a intervenção como esclarecimento técnico ou correção de escala, não como autoengrandecimento.

A proposta de Ziem (2014) permite tratar o efeito de NPN sem recorrer a explicações psicológicas como destino final da análise. Em vez de perguntar “*o que o falante quis?*”, interessa ver o que o enunciado faz com o campo de leitura: quais suposições ele torna socialmente

acionáveis e quais delas ganham, ali, a dianteira. No *corpus*, a fórmula NPN costuma colocar o motivo do dizer no centro da cena (*como algo que pode ser cobrado*), recusar preventivamente um motivo previsível e, ainda assim, seguir com o gesto em Segmento₂.

Para tornar essa análise empiricamente controlável, o procedimento pode ser formulado de modo direto: (i) identificar o que vira alvo de avaliação naquele ponto (aqui, o motivo imputável do ato), (ii) observar que “lugares” de sentido aparecem com regularidade na vizinhança do marcador (por exemplo: quem fala, para quem, qual ato vem a seguir, qual motivo está em disputa), (iii) registrar como cada ocorrência preenche esses lugares com material textual específico, e (iv) reconstruir, pela recorrência, quais interpretações tendem a virar padrão naquele tipo de circulação. Essa passagem do explícito ao implícito é parte do próprio fenômeno: quando certos preenchimentos se repetem muito, eles deixam de precisar ser ditos e passam a operar como pano de fundo provável. Desse modo, o objetivo aqui não é listar a NPN em rótulos semânticos prévios, mas reconstruir como ela reorganiza o percurso de leitura pelo qual a audiência decide o que foi feito ao falar e por que isso foi dito. Com isso, a imputação aparece como efeito do próprio encaixe, e não como aposta sobre intenções internas.

Procedimentos metodológicos

O *corpus* reúne 100 ocorrências da sequência NPN, coletadas manualmente na plataforma X/Twitter entre novembro de 2025 e janeiro de 2026, a partir de postagens publicadas entre 01/01/2021 e 31/12/2025. A opção pela coleta manual responde a duas exigências do próprio objeto: garantir a aderência formal à sequência e assegurar cotexto verbal suficiente para segmentar o encaixe e descrever o gesto subsequente sem recorrer a materiais externos, como fios extensos, imagens, *links* ou interações não disponíveis no enunciado. A amostra foi encerrada em N = 100 após triagem por critérios de elegibilidade, buscando-se evitar concentração desproporcional em um mesmo tópico, evento ou momento de circulação.

Na etapa de busca, privilegiou-se a forma exata “*não é por nada não*”, admitindo-se apenas variações gráficas discretas de caixa, pontuação e espaçamento. Quando presente, registrou-se a oscilação *mas/mais* na ligação com o segmento seguinte, tomando-se *mais* como variante quando exerce função adversativa. Por outro lado, não se ampliou a coleta por paráfrases funcionais (por exemplo, *não é por mal, não me leve a mal*), a fim de manter o recorte estritamente centrado na sequência e evitar que o *corpus* se deslocasse para um conjunto amplo e heterogêneo de esquemas.³

Para tornar comparáveis postagens de extensão variável, cada ocorrência foi descrita como um encaixe tripartido $S_1 + \text{NPN} + S_2$. Nesse arranjo, S_1 corresponde, quando presente, ao material anterior à fórmula

³Foram excluídos da amostra coletada itens cuja leitura dependia de material não verbal (imagem, vídeo, GIF) ou de conteúdo ancorado principalmente em captura de tela, bem como repostagens sem comentário autoral, por não configurarem nova instânciação textual da sequência.

(vocativos, enquadres locais e pequenas preparações do post); NPN designa o marcador sob análise; e Segmento₂ (S₂) corresponde ao trecho em que o gesto se estabiliza como ação social (autoelogio/autoimagem, avaliação, cobrança, anúncio, ataque, interpelação, entre outros). A segmentação seguiu uma regra única, aplicada a todo o *corpus*: S₂ foi delimitado pela primeira predicação capaz de ancorar a força do gesto imediatamente após a fórmula. Como caso particular, quando ocorre *mas/mais* com valor adversativo, S₂ passa a iniciar-se na primeira predicação pós-conectivo, de modo a preservar a comparabilidade entre itens em que a continuidade é codificada na própria superfície. Quanto ao restante do material verbal, elementos de expansão (justificativas adicionais, *emojis* e *hashtags*) foram mantidos na transcrição literal; no entanto, na leitura analítica, distinguiu-se entre o ponto de ancoragem do gesto e expansões que apenas o reforçam, deslocam ou recalibram.

Para cada ocorrência, registraram-se o cotexto imediatamente acessível, a data de publicação quando disponível, a data de coleta e o endereço da postagem. Na montagem do *corpus*, controlou-se a replicação textual de um mesmo enunciado, frequente em dinâmicas de repostagem e cópia. Assim, itens foram tratados como duplicados quando a sequência NPN e o ponto de ancoragem de S₂ se repetiam de forma idêntica ou quase idêntica, sem ganho contextual que justificasse nova entrada na amostra. Pelo mesmo motivo, foram excluídas ocorrências com indícios convergentes de automatização, reconhecíveis pela repetição seriada com variação residual de texto e de enquadre. Postagens em modo de citação foram mantidas apenas quando a NPN e o núcleo de S₂ pertenciam ao texto produzido naquela instância, e não ao conteúdo citado. Na apresentação dos exemplos, suprimiram-se identificadores de autoria e endereços eletrônicos.

A codificação foi organizada em dois planos articulados. No primeiro, descreve-se o encaixe na superfície do enunciado: onde o marcador entra, como se articula ao segmento seguinte, como o alvo é construído e que tipo de ato se estabiliza no ponto de ancoragem de S₂. No segundo, descreve-se o domínio de entendimento que esse encaixe torna saliente e a orientação interpretativa que ele licencia, em diálogo com a descrição de *frames* em texto e discurso proposta por Ziem (2014). Nesse nível, cada ocorrência é reconstituída por relações de referência e predicação até a formulação de uma proposição mínima, com mapeamento de *slots* e *fillers* e registro de *defaults* apenas quando sustentáveis por recorrência e distribuição no *corpus*. Assim, os eixos de superfície funcionam como condições de acessibilidade interpretativa, permitindo descrever quando certos preenchimentos se tornam preferenciais e quando a NPN mantém aberta a competição entre alternativas de motivo. O Quadro 1 sintetiza esse primeiro plano.

Quadro 1. Eixos de comparação e critérios de comparação.

Eixo	Realizações observáveis
<i>Posição do marcador</i>	inicial (preamble); medial (inserção intercalada); final (apêndice)
<i>Articulação com o segmento₂</i>	Com mas ou mais; sem conectivo (justaposição); retomada ou redobramento (quando aplicável)
<i>Construção do alvo</i>	Interlocutor; terceiro/tema; coletivo/categoria; alvo não lexicalizado (quando aplicável)
<i>Tipo de ato no segmento₂</i>	Avaliação/opinião; ataque/desqualificação; interpelação/pergunta; relato/autoexposição; autoimagem; comentário metapragmático
<i>Faixa metapragmática</i>	Ausência de tematização; menção ou citação explícita; exploração irônica ou paródica

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os eixos do Quadro 1 descrevem o que é diretamente inspecionável no enunciado: (i) a janela em que o marcador intervém, (ii) a amarra formal do prosseguimento (com destaque para o adversativo), (iii) o ponto de ancoragem do gesto (alvo), (iv) o tipo de ato que se torna reconhecível em S2, e (v) o estatuto metapragmático da ocorrência (se NPN opera como prefácio ou se vira objeto de comentário). Nos casos limítrofes, adotaram-se regras simples de precedência: quando *avaliação* e *ataque* coocorriam, classificou-se como ataque se houvesse direcionamento personalizante e atribuição negativa explícita; na distinção entre *relato* e *autoimagem*, prevaleceu autoimagem quando o efeito dominante foi projeção de mérito/beleza/credencial. O estatuto metapragmático foi atribuído apenas quando NPN aparecia como *alvo explícito* de menção, citação ou paródia, não quando funcionava apenas como modulador de tom.

Se o Quadro 1 fixa o que é observável na superfície, o segundo plano de descrição explícita como o enunciado orienta a compreensão. A referência a Ziem (2014) entra, aqui, como rotina descritiva: *frames* em discurso podem ser descritos pela articulação entre (i) *referência*, isto é, o que o texto torna tratável como objeto interpretável, (ii) *predicações*, isto é, as atribuições que recaem sobre esse objeto, e (iii) *proposição mínima*, entendida como unidade interpretativa que resulta da combinação entre o que se torna referenciável e o que se predica. A NPN favorece essa operação porque desloca o foco para uma dimensão avaliável do gesto, o MOTIVO enquanto motivo imputável, e tende a licenciar predicações recorrentes de recusa e continuidade. O Quadro 2 organiza o que foi anotado em cada item nesse plano.

Quadro 2. Matriz de anotação frame-discursiva aplicada a NPN.

Componente	Pergunta-guia	Descrição operacional para NPN
Referência	<i>qual “objeto” se torna referenciável no texto?</i>	MOTIVO-IMPUTÁVEL do gesto (o “porquê” socialmente cobrável do dizer/fazer)
Predicações recorrentes	<i>que propriedades/atribuições o enunciado põe sobre esse objeto?</i>	RECUSA(POSSÍVEL_MOTIVO); CONTINUIDADE(ATO); frequentemente CONTRASTE via mas/mais; quando pertinente, sinais de EVIDÊNCIA e de CUSTO/IMPUTABILIDADE
Proposição	<i>“o que se entende” como leitura do gesto no encadeamento?</i>	“há risco de imputar um motivo ao meu gesto; recuso esse motivo; realizo o gesto mesmo assim”
Slots / fillers	<i>que papéis do frame aparecem e como são preenchidos?</i>	FALANTE; AUDIÊNCIA; ATO (núcleo de S2); ALVO; MOTIVO-IMPUTÁVEL; EVIDÊNCIA; CUSTO/IMPUTABILIDADE (preenchimentos conforme o dado)
Defaults	<i>que preenchimentos tendem a ficar disponíveis por alvo/ato?</i>	<i>defaults</i> inferíveis (p.ex., vaidade/validação; agenda/parcialidade; implicância/pedantismo), registrados como hipótese do leitor-modelo

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ziem (2014).

Além disso, a anotação desse segundo plano foi feita item a item, preservando a distinção entre o que é textualizado no enunciado e o que entra apenas como tendência inferencial de leitura. Assim, *defaults* foram tratados como hipóteses tipificadas (racionalizações recorrentes do motivo), formuladas sob critérios explícitos e sustentadas por regularidades internas do *corpus*, sobretudo pela combinação entre ALVO e TIPO DE ATO, sem serem tomados como evidência de intenções do falante. Esses *defaults* foram registrados apenas quando (i) o tipo de ato em S₂ e a construção do alvo correspondiam a um padrão recorrente no *corpus* e (ii) a ocorrência oferecia pistas suficientes para tornar publicamente plausível uma racionalização tipificada do motivo, entendida como hipótese de leitura, não como atribuição de estado

interno. Quando uma ocorrência não fornecia sinais para ir além de RECUSA e CONTINUIDADE, manteve-se apenas a proposição mínima; quando o próprio encaixe marcava custo, evidência ou imputabilidade, essas pistas foram registradas como predicações adicionais. Para tornar essa rotina descritiva controlável no nível do dado, apresenta-se a seguir um exemplo trabalhado, no qual se explicita a referência mobilizada (o MOTIVO-IMPUTÁVEL do gesto), as predicações textualizadas (RECUSA, CONTINUIDADE e, quando pertinente, o contraste por *mas/mais* e marcas de custo/evidência), bem como os papéis ativados no frame (FALANTE, AUDIÊNCIA, ATO em S₂, ALVO, MOTIVO e, quando marcado, CUSTO/EVIDÊNCIA) e seus preenchimentos no item; o *default* só é proposto quando a combinação ALVO/ATO, tal como estabilizada no *corpus*, torna essa racionalização a mais disponível. Com isso, busca-se manter a descrição verificável, pois cada decisão de anotação remete a traços observáveis na superfície do encaixe e a inferências reconduzíveis à recorrência do material.

Proposta de análise do esquema: “Não é por nada não” (NPN)

A sequência “*não é por nada não*” (NPN) funciona, no *corpus*, como prefácio metapragmático de administração da imputação de motivo. Ela não acrescenta conteúdo ao Segmento₂ nem altera a força do ato; intervém na explicação pública do gesto ao tentar rebaixar a racionalização motivacional mais disponível sem bloquear a continuidade do turno. Esse funcionamento se reconhece num encaixe recorrente, no qual Segmento₁, quando presente, atua como preparação local, a NPN abre a janela de intervenção e Segmento₂ concentra o ponto de ancoragem do gesto, frequentemente articulado por *mas/mais*. Em termos de organização do encaixe, essa recorrência pode ser formulada na representação (01).

(01) Representação do esquema NPN no X/Twitter.

Função	Administrar a imputação de motivo associada ao ato subsequente por meio de negação preventiva
<i>Relação simbólica</i>	Prefácio metapragmático ↔ recalibração da responsabilização motivacional com continuidade do ato
<i>Formato recorrente</i>	((Segmento ₁) + não é por nada não + (ALVO/Vocativo) + {mas/mais Ø} + Segmento ₂ [ATO])
<i>Valor operativo</i>	A fórmula antecipa a pergunta pelo “porquê” do gesto e tenta impedir que o motivo mais disponível se imponha como explicação suficiente, sem bloquear a progressão do turno para o ato estabilizado em Segmento ₂

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para descrever esse funcionamento sem reduzi-lo a intenções psicológicas, recorre-se à heurística de Ziem (2014) para *frames* em texto e discurso, que trata a interpretação como construção textualmente ancorada por referência, predicacões e uma proposição mínima. Nessa decomposição, a referência delimita o que o enunciado torna tratável como objeto de disputa interpretativa; as predicacões reúnem as atribuições e negações mobilizadas sobre esse objeto; e a proposição mínima resulta da articulação entre esses componentes. No conjunto analisado, o que se estabiliza como objeto interpretável é o motivo do gesto enquanto dimensão avaliável do dizer, formulável em perguntas como “qual é a intenção?” e “por que isso agora?”. Em torno desse objeto, duas predicacões se reiteram de modo particularmente consistente: a RECUSA de um motivo imputável e a CONTINUIDADE do ato subsequente, frequentemente tornadas explícitas, na superfície, pelo encadeamento adversativo com *mas/mais*.

Se NPN opera abrindo a disputa pelo motivo antes que ele se firme como explicação suficiente, a descrição precisa começar por um parâmetro temporal do encaixe. Daí a prioridade conferida à posição do marcador. A Tabela 1 registra a janela de entrada e, ao fazê-lo, permite verificar em que medida a intervenção tende a ocorrer quando o segmento seguinte ainda não concentrou evidência bastante para que a audiência estabilize uma leitura motivacional do gesto.

Tabela 1. Posição do marcador (N = 100).

Inserção	Percentuais
<i>inicial (preamble)</i>	94%
<i>medial/parentética (inserção intercalada)</i>	5%
<i>final (apêndice)</i>	1%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 1 mostra preferência quase categórica pela inserção inicial, e esse resultado é relevante porque indica que o marcador tende a operar antes que o segmento seguinte concentre evidência suficiente para que a audiência estabilize uma explicação motivacional do gesto. Em termos da descrição de *frames* em texto e discurso (Ziem, 2014), a posição *preamble* funciona como condição de acessibilidade: ela antecipa o ponto em que a referência ao MOTIVO-IMPUTÁVEL se torna tratável no encaixe e, com isso, permite que as predicacões de RECUSA (inscrita em NPN) e CONTINUIDADE (realizada no ato em S₂) se tornem compatíveis desde o início do processamento, mantendo a competição entre racionalizações possíveis em vez de deixá-la colapsar num fechamento imediato.

Quando a inserção é inicial, caso dominante do *corpus* (94%), a NPN entra como pré-enquadramento e ativa precocemente o *slot* MOTIVO, justamente em configurações em que certos *defaults* ganham alta

disponibilidade por efeito de ALVO e TIPO DE ATO: em autoimagem, por exemplo, motivos como vaidade/validação tendem a se oferecer como racionalização pronta, como em “*não é por nada não mas eu tô belíssima hoje*” (tuíte 11 – 02.04.23) e “*não é por nada não mas é incrível como eu fico linda*” (tuíte 12 – 30.10.25), de modo que a fórmula não desfaz o autoelogio, mas tenta rebaixar a leitura “quer aparecer” como explicação suficiente do gesto; já em avaliações enfáticas sobre tema ou terceiro, *defaults* como agenda/parcialidade/provocação se tornam mais acessíveis, como em “Não é por nada não, mas o Galvão deveria se aposentar...” (tuíte 13 – 09.06.22) e “Não é por nada não, mas endrick é mais jogador...” (tuíte 14 – 21.07.24), onde a recusa opera como administração da suspeita sem recuo do posicionamento. As inserções intercaladas, minoritárias (5%), são analiticamente informativas porque deslocam a intervenção para um ponto em que o ato já começou a se estabilizar, funcionando como *reorientação local* quando o motivo se torna mais previsível, como em “*Uma vez por ano pinto minhas unhas não é por nada não, mas eu mandei benção dessa vez!*” (tuíte 15 – 13.07.23). Por fim, o uso apendicular, raro (1%), sugere uma tentativa tardia de reacomodar a leitura depois que a evidência do ato já está instalada, como em “*Já saíram cinco episódios, e o De Quinta é muito massa, não é por nada não, viu?*” (tuíte 16 – 27.03.21), caso em que a janela de intervenção é mais estreita e a recusa tende a operar sob maior saturação do gesto já publicado.

Uma vez fixado o ponto de inserção, a descrição depende do modo como a expressão se liga ao segmento subsequente, porque é nessa junção que a combinação entre recusa do motivo imputável e continuidade do ato se deixa observar com maior regularidade. A Tabela 2 resume o padrão de articulação.

Tabela 2. Articulação com o segmento seguinte (N = 100).

Articulação	Percentuais
<i>com mas/mais</i>	98%
<i>sem conectivo (justaposição/apêndice)</i>	2%
<i>retomada/redobramento</i>	0%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 explicita um mecanismo formal altamente estável. Em 98% das ocorrências, a sequência se articula a S_2 por *mas/mais*, e esse dado é relevante porque, no plano do encaixe, o adversativo funciona como *pista de predicação* que torna legível, na superfície, a coexistência entre dois movimentos do procedimento: RECUSA do motivo imputável e CONTINUIDADE do ato em Segmento₂.

Em termos da descrição de *frames* em texto e discurso (Ziem, 2014), o conectivo contribui para estabilizar a *proposição mínima* do *superframe*⁴ (há risco de imputação de motivo; recuso um preenchimento; realizo o

⁴Neste artigo, *superframe* designa um frame de nível mais alto que reúne subcenas distintas sob a mesma proposição mínima, preservando *slots* centrais e variando preenchimentos conforme alvo e tipo de ato.

ato mesmo assim), ao amarrar textualmente a passagem entre a referência ao MOTIVO-IMPUTÁVEL (tornado tratável pela NPN) e a predicação que fixa o gesto em S_2 . Por isso, o adversativo não opera aqui como “efeito estilístico”, mas como dispositivo de *controle inferencial*: ele reduz o trabalho de reconstrução exigido do leitor para manter simultaneamente aberta a disputa motivacional e, ao mesmo tempo, reconhecer o ato como plenamente sancionável. Esse rendimento é especialmente nítido quando S_2 é fortemente avaliativo e não recua, como em “*Não é por nada não, mas essa cop30 foi um tiro na bunda do governo. Falei*” (tuíte 17 – 17.11.25). Nesse item, a NPN não mitiga a tomada de posição; ela tenta impedir que um *default* motivacional altamente acessível para avaliações públicas (*hostilidade, agenda ou provocação*) se imponha como explicação suficiente do gesto, enquanto marcas como “*Falei*.” funcionam como reforço do *custo/assunção pública* do ato. Nos 2% sem conectivo, a engrenagem permanece, mas fica menos explicitada: recusa e gesto se encostam por justaposição e parte da relação de contraste é delegada ao leitor, como em “*Não é por nada não, lacrei muito nessa redação*” (tuíte 18 – 08.12.24), em que a continuidade do autoelogio ainda se conserva, mas a compatibilização entre RECUSA e CONTINUIDADE depende mais de inferência pragmática do que de amarra formal. A ausência total de retomada/redobramento (0%) reforça, por fim, que a forma preferencial não é “corrigir depois”, e sim inscrever a disputa pelo motivo desde a primeira ligação com S_2 , deixando a dinâmica referência/predicação — e, portanto, a proposição mínima — ancorada já no modo de prosseguir.

Com o padrão de articulação estabelecido, a análise passa ao lugar em que o gesto se ancora, isto é, ao modo como o enunciado constrói o alvo sobre o qual incidem a avaliação, a autoapresentação ou a cobrança. Como essa construção desloca o custo do gesto e reordena os *defaults* motivacionais mais disponíveis, convém explicitar sua distribuição. A Tabela 3 organiza esses dados.

Tabela 3. Construção do alvo (N = 100).

Alvo	Percentual
<i>autoalvo</i>	40%
<i>interlocutor</i>	14%
<i>terceiro/tema</i>	39%
<i>coletivo/categoria</i>	7%
<i>alvo não lexicalizado</i>	0%
Total:	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 mostra uma polarização entre *autoalvo* e *terceiro/tema*, que concentra a maior parte do *corpus*. Esse resultado é relevante porque, do ponto de vista do encaixe, a construção do ALVO não é um detalhe temático: ela configura um parâmetro que reorganiza a *acessibilidade*

interpretativa do MOTIVO-IMPUTÁVEL e, portanto, afeta diretamente quais *defaults* tendem a se oferecer como leitura pronta. Em termos da descrição de *frames* em texto e discurso (Ziem, 2014), trata-se de uma relação sistemática entre *slots* e *fillers*: ao variar o preenchimento do *slot* ALVO (*eu*, *tema/terceiro*, *interlocutor*, *coletivo*), varia-se o ponto em que o gesto se torna publicamente cobrável e, com isso, muda o conjunto de racionalizações motivacionais que ganham maior probabilidade de estabilização. Nota-se, ainda, que não houve casos de alvo não lexicalizado (0%), o que sugere que a NPN tende a operar com ancoragem explícita de quem/que coisa entra como foco avaliável.

Quando o alvo é o *eu*, caso mais frequente do *corpus* (40%), a própria forma do gesto favorece que a audiência trate a ação como performance de autoimagem e, por isso, *defaults* como *vaidade* ou *busca de validação* tornam-se altamente acessíveis, como em “*não é por nada não mas eu fico lindo de óculos*” (tuíte 19 – 09.07.23) e “*não é por nada não, mas minha unha ficou MARAVILHOSA*” (tuíte 20 – 15.06.23). Nesses casos, a NPN opera justamente sobre a disputa por esse preenchimento: ela não desfaz o autoelogio, mas tenta impedir que “quer aparecer” feche a inteligibilidade do turno como explicação suficiente. Quando o alvo é *tema* ou *terceiro*, em proporção praticamente equivalente (39%), o mesmo mecanismo se preserva, mas o espaço de *defaults* se reordena: o motivo imputável se reorganiza mais facilmente em torno de *agenda*, *parcialidade* ou *clubismo*, como em “*Não é por nada não, mas endrick é mais jogadô*” (tuíte 21 – 15.06.25) e “*Não é por nada não, mas o governador tem que estar trabalhando, né*” (tuíte 22 – 24.02.23). Aqui, o *slot* sensível deixa de ser “exibição do eu” e passa a ser o alinhamento avaliativo, tornando mais provável que a audiência reconduza o gesto a racionalizações do tipo “*tá defendendo lado*”, “*quer provocar*”, “*tem interesse*”. No alvo *interlocutor*, menos recorrente (14%), a leitura tende a se moralizar no plano interpessoal: como o gesto incide sobre alguém copresente como destinatário, *defaults* como *implicância* ou *pedantismo* ganham acessibilidade e podem ser interpretados como tentativa de constranger ou humilhar, como em “*Cara, não é por nada não, mas a porcária do screenshot é uma meleca*” (tuíte 23 – 27.01.22). Por fim, no alvo *coletivo/categoria*, minoritário (7%), a generalização eleva o custo normativo do gesto e estreita a plausibilidade da recusa: ao alvejar um grupo, o ato se torna mais facilmente reconduzível a juízo moralizante amplo, e a NPN tende a ser reanalisada como marca de estilo ou cinismo, como em “*Poxa galera, não é por nada não, mas o jovem não sabe mais fazer prova?*” (tuíte 24 – 24.05.21). Em conjunto, a Tabela 3 mostra que o *slot* ALVO funciona como um organizador de inferências: ele não apenas distribui “sobre quem se fala”, mas condiciona quais preenchimentos motivacionais se tornam mais disponíveis e, assim, em que condições a NPN consegue manter aberta — ou não — a competição entre alternativas de motivo.

A distribuição dos alvos delimita sobre quem recai o gesto, mas o custo imputacional varia também conforme o tipo de ação social estabilizada na ancoragem do segmento seguinte. Certos atos tornam mais provável a demanda por motivo e favorecem racionalizações previsíveis; por isso, convém explicitar a tipologia de atos com que a expressão coocorre. A Tabela 4 apresenta essa distribuição:

Tabela 4. Tipo de ato no segmento seguinte (N = 100).

Tipo de ato	Percentual
avaliação/opinião	38 %
autoimagem	26 %
interpelação/pergunta	7 %
ataque/desqualificação	13 %
convite/erotização	9 %
relato/autoexposição	7 %
Total:	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 4 mostra que o núcleo funcional do marcador se concentra em atos altamente imputáveis quanto ao motivo. Esse resultado é decisivo porque explicita que a NPN não se distribui aleatoriamente por "qualquer" gesto: ela se acopla preferencialmente a tipos de ação social que, por sua própria economia inferencial, aceleram a pergunta pelo porquê e empurram o processamento para um fechamento motivacional rápido. Em termos de *frames* em texto e discurso (Ziem, 2014), isso significa que o tipo de ato em S_2 funciona como um parâmetro que regula (i) *o que se torna referenciável* no encaixe (o MOTIVO-IMPUTÁVEL como objeto avaliável) e (ii) *quais predicações* tendem a se estabilizar como leitura mínima do gesto, já que a NPN textualiza RECUSA e, ao mesmo tempo, preserva a CONTINUIDADE do ato.

Quando *avaliação/opinião* e *autoimagem* somam a maior parte das ocorrências, o efeito é direto: o slot MOTIVO-IMPUTÁVEL tende a ser preenchido com alta velocidade, pois esses atos já carregam um custo interpretativo típico e convidam racionalizações prontas. Em avaliações, *defaults* como *agenda/parcialidade/provocação* são prontamente mobilizáveis, como em "*Não é por nada não mas essa crítica tem patrocínio no meio*" (tuíte 25 – 11.11.25); em autoimagem, o preenchimento *vaidade/validação* é altamente previsível, como em "*não é por nada não mas eu tô belíssima*" (tuíte 26 – 06.03.23). Nesses casos, a NPN não rebaixa o conteúdo avaliativo nem dissolve o autoelogio: ela tenta rebaixar precisamente o *default* mais acessível como explicação suficiente, mantendo aberta a competição por alternativas enquanto o ato segue sancionável em S_2 . Interpelações e relatos, por sua vez, não diminuem a imputabilidade; apenas deslocam o ponto sensível do encaixe: tendem a antecipar leituras de *cobrança*, *pressa interessada* ou *pedido de atenção*, como em "*não é por*

nada não mas... quando cai o décimo terceiro?” (tuíte 27 – 27.11.23) e *“gente não é por nada não mas hoje é meu aniversário”* (tuíte 28 – 30.03.24). Aqui, o gesto estabilizado não é um juízo sobre um tema nem um autoelogio direto, mas ainda assim torna o motivo publicamente cobrável (“por que você está perguntando isso agora?”, “por que anunciar assim?”), o que faz a NPN operar como administração preventiva do preenchimento motivacional que o tipo de ato costuma disparar. A presença de *ataques/desqualificações* é particularmente informativa porque delimita um *limite interno* do dispositivo: quando o segmento seguinte fornece evidência confrontativa muito saliente, a recusa do motivo compete com sinais fortes do próprio ato, e o *custo sancionável* pode dominar o entendimento, como em *“Meu bem não é por nada não mas vc fez por querer”* (tuíte 29 – 25.01.21). Em termos de Ziem, trata-se de uma configuração em que as predicações do ataque saturam o encaixe e reduzem a plausibilidade pragmática da recusa como orientação “neutra”, favorecendo a reanálise da própria NPN como parte do gesto (cinismo, intensificação, marcação irônica). Já em *convites/erotização*, a fórmula aparece como tentativa de controlar a leitura de *atrevimento*, *provocação* ou *captação* sem abdicar do gesto, como em *“Não é por nada não, mas se eu fosse você NÃO PERDERIA essa chance”* (tuíte 30 – 21.08.23) e *“não é por nada não, mas eu fico gostosinho de roupa de academia”* (tuíte 31 – 08.12.25). Nesse cenário, o tipo de ato torna certos *defaults* quase inevitáveis, e a NPN funciona como mecanismo de governança interpretativa: não impede que o ato seja lido como sancionável, mas tenta impedir que um motivo tipificado feche sozinho o percurso de compreensão.

As Tabelas 1-4 mostram, em planos diferentes, o mesmo procedimento: a disputa pelo motivo é aberta antes que uma explicação dominante se imponha, se ancora na articulação e se recalibra por alvo e tipo de ato. A Tabela 5 consolida os resultados e explicita esse desenho:

Tabela 5. Função metapragmática da NPN.

Dimensão de responsabilização	Operação metapragmática	Pistas formais controladas e evidência distributiva	Leitura licenciada no corpus
Janela de intervenção	negação preventiva de motivo com recalibração inferencial predominantemente prospectiva	inserção do marcador, 94% inicial	intervenção antes que uma explicação dominante para o gesto se imponha
modo de continuidade do gesto	estabilização do encaixe que reconhece a suspeita sem bloquear o ato	articulação com Segmento ₂ , 98% com <i>mas/mais</i>	continuidade do gesto sob reconhecimento da suspeita, sem recuo do ato

Tabela 5. Cont.

Dimensão de responsabilização	Operação metapragmática	Pistas formais controladas e evidência distributiva	Leitura licenciada no corpus
domínio da suspeita	especificação do ponto de ancoragem do motivo imputável	construção do alvo, 40% autoalvo e 39% terceiro/tema	administração de vaidade e validação no autoalvo e de agenda e parcialidade em terceiro/tema
custo imputacional do gesto	seleção preferencial de tarefas discursivas sancionáveis	tipo de ato em Segmento ₂ , 64% avaliação/opinião + autoimagem	concentração em atos que tornam provável a pergunta por que dizer isso

Fonte: Elaborado pelos autores.

Até aqui, as distribuições sugerem que a NPN tende a intervir cedo no turno, a se acoplar por adversatividade e a ocorrer preferencialmente em configurações de alvo e de tipo de ato nas quais a imputação de motivo se torna particularmente rápida. O interesse descritivo, porém, não se esgota em localizar o marcador na superfície. O que as Tabelas 1 a 5 deixam entrever é a recorrência de um mesmo domínio de entendimento, no qual o motivo do gesto se torna dimensão avaliável do dizer. Nesse enquadramento, torna-se plausível postular um *superframe* de IMPUTAÇÃO DE MOTIVO, cuja proposição mínima se reconhece no *corpus* como combinação entre RECUSA de um MOTIVO-IMPUTÁVEL e CONTINUIDADE do ATO. A variabilidade observada não dissolve esse mecanismo, mas o refrata em subcenas, conforme se reordenam o ALVO, o TIPO DE ATO e a AUDIÊNCIA presumida, com efeitos na sensibilidade de certos *slots* e na disponibilidade de *defaults* motivacionais. É nessa direção que se lê o Quadro 3.

Quadro 3. Subcenas do *superframe* IMPUTAÇÃO DE MOTIVO evocadas por NPN.

Subcena	$++S_2$: ato	Slot sensível	Default motivacional	Contexto
Auto-validação / exibição (falante como figura)	autoelogio de aparência/ desempenho	MOTIVO-IMPUTÁVEL + CUSTO	vaidade / validação	“não é por nada não mas eu tô cheirosíssima hoje! 😊 #NovaFotoDePerfil” (tuíte 32 – 18.08.2023)

Quadro 3. Cont.

Subcena	++S ₂ : ato	Slot sensível	Default motivacional	Contexto
Auto-promoção / captação (agenda explícita)	anúncio / convocação (venda, engajamento)	MOTIVO-IMPUTÁVEL	interesse / oportunismo	“ <i>não é por nada não</i> mais quem não participar da minha Black vai ficar de fora do melhor desconto do ano. comenta ‘quero’ que eu mando o link 🛒” (tuíte 33 – 11.2024)
Correção / desautorização (interlocutor como foco)	correção técnica / cobrança normativa	MOTIVO-IMPUTÁVEL	implicância / pedantismo	“ <i>não é por nada não</i> , mas isso de médico de psf/ubs ter agenda pra atender só 4 pacientes por dia não é crime não. é regra de organização do serviço e ponto.” (tuíte 34 – 07.06.2022)
Avaliação pública / posicionamento (tema/terceiro como figura)	opinião enfática / juízo público	MOTIVO-IMPUTÁVEL	agenda / parcialidade	“ <i>não é por nada não</i> , mas o Rodrigo Faro deveria se aposentar.” (tuíte 35 – 12.03.2021)
Flerte / sexualização (autoalvo como vitrine)	autoerotização / avaliação corporal	CUSTO + MOTIVO	provocação / atrevimento	“ <i>não é por nada não</i> mas eu fico uma gostosinha nesse vestido vermelho colado, viu 😏👉” (tuíte 36 – 09.10.2023)
Convite / persuasão (audiência como alvo implícito)	chamamento (urgência, hype)	MOTIVO-IMPUTÁVEL	captação / interesse	“ <i>não é por nada não</i> , mas se eu fosse você eu NÃO PERDERIA o capítulo de amanhã. vai ser caos do bom 🤯👀 #TrêsGraças” (tuíte 37 – 28.01.2025)
Ataque / desqualificação (confronto direto)	insulto / desqualificação	CUSTO sancionável domina	maldade / perseguição	“ <i>meu bem, não é por nada não</i> , mas você fez aquela sua música ‘Abre e fecha’ e achou mesmo que isso era refrão? pelo amor...” (tuíte 38 – 15.09.2022)

Quadro 3. Cont.

Subcena	$++S_2$: ato	Slot sensível	Default motivacional	Contexto
Recomendação / performance de estilo (tema como figura)	recomendação / relato prazeroso	MOTIVO-IMPUTÁVEL + CUSTO	performar estilo / querer aparecer	“não é por nada não, mas tomar banho no escuro com música baixa e o celular longe é um descanso que eu não sabia que precisava. recomendo.” (tuíte 39 – 03.05.2024)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 3 desloca a descrição do plano distributivo para o interpretativo ao converter regularidades formais em modelagem de um domínio de entendimento estável. Em vez de multiplicar *frames* por tópicos, a tabela se ancora na proposição mínima do *superframe* IMPUTAÇÃO DE MOTIVO, preservando no *corpus* a mesma combinação recorrente: RECUSA de um MOTIVO-IMPUTÁVEL socialmente disponível e CONTINUIDADE do ato em Segmento₂. Desse modo, na rotina proposta por Ziem (2014), a estabilidade se reconhece na articulação entre referência e predicacões, enquanto a diversidade empírica se organiza como variação interna do mesmo procedimento: o princípio se conserva, mas se deslocam as condições de cobrança pública do motivo, isto é, os pontos em que a avaliabilidade se concentra e os *defaults* ganham acessibilidade conforme o alinhamento entre ALVO, TIPO DE ATO e AUDIÊNCIA presumida.

É nesse nível que “slot sensível” e “default motivacional” operam como índices de racionalizações publicamente disponíveis: no autoalvo, predominam leituras de exibição (vaidade/validação); em captação e persuasão, torna-se mais saliente interesse/oportunismo; em avaliação pública sobre tema/terceiro, sobressaem agenda/parcialidade/provocação, com a adversatividade sustentando a compatibilização entre recusa e prosseguimento; e, em correção/desautorização, o custo interpessoal favorece implicância/pedantismo. Já no flerte/sexualização, a recusa disputa a leitura de provocação/atrevimento; e, na recomendação/performance, o motivo mais disponível é a atribuição de pose (“querer aparecer”). Quanto aos convites, a diferença recai menos no *default* do que no modo de publicização do engajamento (urgência/hype). Por outro lado, nos ataques, o aumento do custo sancionável delimita um limite interno do procedimento: a recusa perde verossimilhança e pode ser reanalisada como intensificação, cinismo ou ironia, incorporando-se ao próprio gesto. Em suma, o que varia não é a combinação (RECUSA + CONTINUIDADE), mas o ponto de atrito do encaixe: conforme ALVO e TIPO DE ATO, certos *defaults* ganham tração mais cedo, e a NPN tenta impedir que esse motivo pronto se imponha como explicação suficiente, sem recuo do gesto.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi descrever o funcionamento de *não é por nada não* (NPN) no português brasileiro em circulação no X/Twitter, tratando a sequência como forma de abertura que antecipa a disputa pela explicação motivacional do gesto. Com base em um *corpus* de 100 ocorrências, argumentamos que a NPN torna saliente, desde o início do post, o MOTIVO-IMPUTÁVEL e orienta a leitura do Segmento₂ de modo que um “porquê” tipificado não se imponha como explicação suficiente do ato.

Nesse sentido, os resultados indicam que o padrão recorrente não é a neutralização do gesto, mas a coocorrência entre recusa de um motivo disponível e continuidade do ato, frequentemente ancorada na superfície pelo encadeamento com *mas/mais*. Assim, a fórmula preserva a avaliabilidade do Segmento₂ e o custo que o gesto põe em circulação, ao mesmo tempo em que disputa a racionalização mais acessível no processamento público. A distribuição por alvo e tipo de ato reforça esse quadro ao mostrar a NPN acoplada preferencialmente a tarefas discursivas em que a pergunta pelo motivo tende a emergir de forma rápida e previsível.

Por fim, a modelagem por *frames*, inspirada em Ziem (2014), mostrou-se eficaz para disciplinar a descrição sem reconduzi-la a intenções psicológicas. O procedimento permite separar referência, predicações e proposição mínima, além de distinguir *slots*, *fillers* e *defaults* sob critérios de recorrência no *corpus*. Ainda assim, os dados delimitam limites internos do dispositivo: sob alto custo sancionável, a recusa perde verossimilhança pragmática e pode ser reanalisada como intensificação ou ironia. Desse modo, ficam abertas frentes de ampliação da amostra, incorporação de cadeias responsivas e comparação entre plataformas, para observar como a disputa pelo motivo se recalibra em regimes distintos de circulação.

Referências

BAKER, Collin F.; LORENZI, Arthur. Exploring Crosslinguistic Frame Alignment. In: TORRENT, Tiago T.; BAKER, Collin F.; CZULO, Oliver; OHARA, Kyoko; PETRUCK, Miriam R. L. (orgs.). *Proceedings of the International FrameNet Workshop 2020: Towards a Global, Multilingual FrameNet*. Marseille; França: European Language Resources Association, 2020. p. 77-84. Disponível em: <https://aclanthology.org/2020.framenet-1.11/>. Acesso em: 8 jan. 2026.

BOAS, Hans. C.; DUX, Ryan. Semantic Frames for Foreign Language Education: Towards a German frame-based online dictionary. *Veredas*, v. 17, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/articl e/view/25406>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BOYD, Danah. Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Zizi (org.). *A networked self: identity, community, and culture on social network sites*. New York: Routledge, 2010. p. 39-58. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203876527-8>. Acesso em: 16 jan. 2026.

DIAS, Cristiane Pereira Costa. Discurso digital: efeitos da automatização da leitura no campo teórico e analítico da Análise de Discurso. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto *et al.* (org.). *Estudos do texto e do discurso: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: FFLCH-USP, 2022. p. 7-17.

FILLMORE, Charles J. A private history of the concept 'frame'. In: DIRVEN, R.; RADDEN, G. (ed.) *Concepts of case*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1987.

FILLMORE, Charles J. An alternative to checklist theories of meaning. In: COGEN, C. *et al.* (ed.). *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1975. p. 123-31.

FILLMORE, Charles J. Scenes-and-frames semantics, linguistic structures processing. In: ZAMPOLLI, A. (ed.). *Fundamental studies in computer science*. Amsterdam: North Holland Publishing, p.55-88, 1977.

FILLMORE, Charles J. Frame Semantics. In: THE LINGUISTICS SOCIETY OF KOREA (Org.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hansinh Publishing Co., 1982. p. 111-137.

PAVEAU, Marie-Anne. *L'Analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratique*. Paris: Ed. Hermann, 2017.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical Order and the Dialectics of Sociolinguistic Life. *Language & Communication*, Amsterdam, v. 23, n. 3-4, p. 193-229, 2003.

SILVERSTEIN, Michael. Metapragmatic Discourse and Metapragmatic Function. In: LUCY, J. A. (ed.). *Reflexive language: reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 33-57

VERSCHUEREN, Jef. *Para entender la pragmática*. Madrid: Gredos, 2002.

ZIEM, Alexander. *Frames of understanding in text and discourse: theoretical foundations and descriptive applications*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014.

“Não é por nada não”: Frames and the Management of Motive Attribution on X/Twitter

ABSTRACT

*This article describes the functioning of the sequence “não é por nada não” (NPN) in Brazilian Portuguese on X/Twitter, treating it as a prefatory formula that anticipates a dispute over the motivational explanation of the speaker’s move and bears on the public interpretability of the subsequent segment (Segment₂). The aim is to determine which regularities of the local textual embedding allow NPN to promote the IMPUTABLE MOTIVE to the status of an assessable object, to pre-emptively reject a predictable motivational filling, and yet to preserve the continuity of a sanctionable act in Segment₂. To that end, the study articulates the notion of metapragmatics as the regimentation of what counts as interpretable and as a typified description of what was done in saying (Silverstein, 1993, 2003) with the conditions of publicness and recontextualization in technodiscourse (Boyd, 2010; Paveau, 2017) and with Frame Semantics in text and discourse (Fillmore, 1982, 1987; Ziem, 2014), operationalized through reference/predication, slots, fillers, and defaults. The corpus comprises 100 tokens, manually collected between November 2025 and January 2026 from posts published between 2021 and 2025, described via the segmentation $S_1 + \text{NPN} + S_2$ and a frame-discursive annotation matrix. Results show a preference for initial placement (94%) and for adversative linkage with *mas/mais* (98%), yielding a recurrent procedure in which the REJECTION of a typified motive and the CONTINUATION of the move co-occur, while highly accessible motivational defaults are downgraded as a sufficient explanation. On this basis, the article proposes a superframe of IMPUTATION OF MOTIVE and describes subscenes in which the availability of defaults varies with target, act type, and sanctionable cost, including internal limits of the procedure in confrontational configurations.*

Keywords: “Não é por nada não”. Metapragmatics. Frame Semantics.